BEATRIZ DIB NAMI

**BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS E FINANCEIROS COMO INSTRUMENTOS
JURÍDICOS DE ATUAÇÃO DO ESTADO**

Dissertação de Mestrado

Orientador: José Maria Arruda de Andrade

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

BEATRIZ DIB NAMI

**BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS E FINANCEIROS COMO INSTRUMENTOS
JURÍDICOS DE ATUAÇÃO DO ESTADO**

Dissertação de Mestrado apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Direito Econômico, Financeiro e Tributário, sob orientação do Professor Associado José Maria Arruda de Andrade.

São Paulo – SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Nami, Beatriz Dib

BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS E FINANCEIROS COMO INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE ATUAÇÃO DO ESTADO; Beatriz Dib Nami ; orientador José Maria Arruda de Andrade - São Paulo, 2020. 169.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico, Financeiro e Tributário) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Benefícios creditícios e financeiros. 2. Atuação do Estado. 3. Controle interno e externo. 4. Tribunal de Contas da União - TCU. I. Andrade, José Maria Arruda de, orient. II. Título.

NAMI, Beatriz Dib. **Benefícios creditícios e financeiros como instrumentos jurídicos de atuação do Estado**. 2019. 169 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

*Ao meu avô Dirmas, que vibra, em algum
lugar melhor, com esta conquista.*

AGRADECIMENTOS

Esta intensa caminhada só foi possível graças às pessoas que me acompanharam e apoiaram em seus momentos bons e ruins. 2019 não foi um ano fácil: dentre grandes conquistas e inúmeros obstáculos, alguns agradecimentos são necessários.

Ao meu orientador, José Maria Arruda de Andrade, que, desde 2009, me apoia com generosidade e conhecimento ímpares. Talvez, naquela nossa primeira conversa, ainda na graduação, não imaginasse que chegaríamos até aqui em uma relação tão produtiva. Que sorte a minha.

Aos meus pais, Nami e Eliana, por todo o apoio e incentivo à minha educação. Sem vocês ao meu lado de forma incondicional nada seria possível. Vocês são meu grande exemplo de integridade e ética na vida pessoal e profissional. Obrigada por tanto.

À minha irmã, Isabela, por me tirar constantemente da zona de conforto e me provocar reflexões sem as quais eu não chegaria até aqui.

Ao meu companheiro de vida, Renan. Você está presente em todos os momentos, bons e ruins, sabe das minhas angústias e as resolve com um simples olhar. À sua serenidade que me completa e muda a minha vida diariamente. Nosso amor me acompanhou por todo esse caminho e, com certeza, é apenas o começo.

Aos amigos que me acompanham nessa jornada desde que me mudei para a Capital, Beatriz Vico, Bruna Amaral Vieira e Fernanda Zavatieri. Vocês são a família que escolhi a 438 quilômetros de casa. Obrigada pela apoio nesta e em tantas outras caminhadas.

Aos amigos que as Arcadas me trouxeram, Leonardo Branco, Daniel Gelcer, Paula Zugaib e, especialmente, Andrei Aguiar, amigo muito mais que querido e parte da minha família.

Às Arcadas, por me trazerem a reflexão e humanidade que me faltavam.

31 de dezembro de 2019

NAMI, Beatriz Dib. **Benefícios creditícios e financeiros como instrumentos jurídicos de atuação do Estado**. 2019. 164 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem o objetivo de colocar luz à discussão que circunda os benefícios creditícios e financeiros, até o momento pouco explorados frente à relevância que apresentam em termos orçamentários. Para isso localizaremos a discussão dentro do Direito Econômico. Entender os referidos benefícios como essenciais à compreensão da política econômica adotada pelo Estado e como instrumento relevante para o alcance dos objetivos traçados pela Constituição Econômica de 1988 é essencial ao desenvolvimento do trabalho. A atuação do Estado por meio da eleição de instrumentos como os benefícios creditícios e financeiros será olhada como integrante de uma política econômica e de diretrizes estabelecidas pela própria Constituição. A compreensão de necessidade de planejamento para a coerência da política adotada também será objeto de análise. Após, os benefícios serão localizados dentro do orçamento. O estudo das peças orçamentárias mais essenciais ao funcionamento do sistema será relevante para a localização dos benefícios creditícios e financeiros. Contudo, focaremos na questão da despesa pública, tendo em vista a natureza dos referidos benefícios. Como mencionamos, a intenção é iluminar a discussão ainda nebulosa sobre o assunto. Feita a localização dos referidos instrumentos econômicos dentro do sistema econômico e orçamentário, passaremos à análise do controle e dos benefícios em si, bem como selecionaremos alguns para que se entenda a importância da análise feita em conjunto pela Administração Pública – controle interno – e pelo Tribunal de Contas da União – controle externo. Assim, proporemos o estudo de alguns benefícios escolhidos estrategicamente, tendo em vista os acórdãos do TCU que tratam do tema e o comportamento da Administração Pública a partir dessas análises.

Palavras-chave: Benefícios creditícios e financeiros. Atuação do Estado. Despesa pública. Economicidade. Controle interno e externo. Tribunal de Contas da União.

NAMI, Beatriz Dib. **Credit and financial benefits as legal instruments of State action**. 2019. 164 p. Dissertation (Master's in Law) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

ABSTRACT

This dissertation aims to shed light on the discussion surrounding the credit and financial benefits, so far little explored due to their relevance in budget terms. For this we will identify the discussion within the Economic Law. Understanding these benefits as essential to the comprehension of the economic policy adopted by the state and as a relevant instrument to achieve the objectives set by the 1988 economic Constitution is essential to the development of this dissertation. The State's performance through the option of instruments such as credit and financial benefits will be seen as part of an economic policy and guidelines established by the Constitution itself. Realize the requirement for planning for policy coherence will also be analyzed. Afterwards, benefits will be located within budget. The study of the most essential budget pieces to the system operation will be relevant to the location of the credit and financial benefits. However, we will focus on the public expenditure, given the nature of these benefits. As we mentioned, the intention is to illuminate the still nebulous discussion on the subject. Once these economic instruments are located within the economic and budgetary system, we will analyze the control and the benefits, as well as select some to understand the importance of the analysis made jointly by the Public Administration – internal control – and the Federal Audit Court (TCU) – external control. Thus, we will propose the study of some strategically chosen benefits, considering the TCU judgments that deal with the theme and the behavior of the Public Administration from these analyzes.

Keywords: Credit and financial benefits. State action. Public expenditure. Economy. Internal and external control. Federal Audit Court.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 O DIREITO ECONÔMICO, A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A ATUAÇÃO DO ESTADO	23
1.1 O Direito Econômico e a presença do Estado.....	23
1.1.1 O Direito Econômico e sua importância na análise da política econômica adotada pelo Estado.....	23
1.1.2 Intervenção e ideologia: matrizes ideológicas da atuação do Estado na economia	29
1.2 Intervenção do Estado na economia e as Constituições brasileiras	35
1.2.1 Evolução e “desenho da intervenção” nas Constituições brasileiras	38
1.2.2 A Constituição Federal de 1988 e a posição atual sobre a atuação do Estado na economia	40
1.2.3 Promoção do desenvolvimento enquanto objetivo da atuação do Estado.....	48
1.3 Constituição Econômica <i>versus</i> Constituição Financeira: o importante diálogo entre o Direito Econômico e o Direito Financeiro.....	50
2 ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS DOS BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS E FINANCEIROS NO BRASIL.....	54
2.1 O Orçamento e o planejamento	54
2.1.1 Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	62
2.1.2 Planejamento e o viés finalístico do Plano Plurianual	68
2.2 Despesa pública: conceito, fontes e regime jurídico da despesa pública no Brasil	72
2.3 A dívida pública no Brasil: pontos principais para a compreensão do tema	77
2.4 Benefícios creditícios e financeiros: localizando estes incentivos no orçamento (e fora dele).....	81
2.4.1 Incentivos estatais: benefícios tributários, creditícios e financeiros.	82
3 ECONOMICIDADE DOS BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS E FINANCEIROS NA CONJUNTURA BRASILEIRA: O IMPORTANTE DIÁLOGO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL E O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	92
3.1 Economicidade: a abrangência e escopo pretendidos pelo trabalho	93

3.2	Controle interno e externo dos gastos diretos	97
3.2.1	Administração Pública Direta e o controle interno	97
3.2.2	Tribunal de Contas da União e o controle externo	102
3.2.3	O diálogo entre a Administração Pública Federal e o TCU: economicidade como fim.....	108
3.3	Benefícios creditícios e financeiros: análise do controle existente sobre alguns benefícios	110
3.3.1	Setor social	112
3.3.1.1	Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Residencial Baixa Renda	112
3.3.1.2	Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).....	118
3.3.2	Setor Agropecuário.....	123
3.3.2.1	Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural (PSR)	123
3.3.2.2	Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).....	127
3.3.3	Setor Produtivo	131
3.3.3.1	Programa de Sustentação de Investimento (PSI)	131
CONCLUSÃO		137
REFERÊNCIAS		140
BIBLIOGRAFIA PESQUISADA		149
ANEXO – Demonstrativo de Benefícios Creditícios e Financeiros 2018		156

INTRODUÇÃO

Com a intenção de conformar a realidade brasileira ao modelo socioeconômico postulado na Constituição Federal, o Estado atua no Domínio Econômico com o fim de concretizar suas metas. São alguns os instrumentos possíveis para a concretização desse objetivo, mas neste trabalho estudaremos especificamente o caso dos benefícios creditícios e financeiros.

Voltaremos nossa atenção à modalidade de atuação do Estado sobre o Domínio Econômico, no que diz respeito aos benefícios creditícios e financeiros. Instrumento de política econômica usado de forma relevante pelo Estado para dar concretude a uma determinação constitucional, os benefícios em questão são pouco explorados pela doutrina como um todo. São ilustres desconhecidos que possuem um interessante campo de estudo quando associados não apenas ao Direito Econômico, mas também Financeiro.¹

Embora previstos expressamente, os benefícios creditícios e financeiros na Constituição Federal, artigo 165, parágrafo 6º, pouco se tratou do tema do ponto de vista jurídico. Nossa intenção é acender luz sobre o assunto, relacionando-o diretamente, bem como demonstrando sua importância quando analisados em um contexto de Direito Econômico, Financeiro e Administrativo.

Ao lado das renúncias tributárias (gastos tributários indiretos, materializados por meio de isenções e regimes tributários específicos), sobre o que discorreremos brevemente, os benefícios financeiros e creditícios são gastos efetivamente feitos, ainda que indiretamente, pelo governo com vistas a conceder créditos subsidiados, equalizar juros de créditos, preços subsidiados e assunção de dívidas de fundos.

Ao conceder créditos, subsidiar o fornecimento de produtos ou estabelecer fundos com recursos subsidiados, o Estado, praticando valores inferiores aos de mercado, assume um gasto efetivo ou postergado, sendo o beneficiário daquele subsídio o tomador do crédito, o comprador do produto ou o sujeito que se vale dos referidos fundos.

Fato é que as renúncias federais chegaram, em 2014, no montante de R\$ 302,3 bilhões, dos quais R\$ 58,6 bilhões corresponderam a esses benefícios creditícios e financeiros, de acordo com o Relatório e Parecer sobre as Contas do Governo da República de 2014. Em

¹ ANDRADE, José Maria Arruda de. Benefícios Creditícios e Financeiros: esses ilustres desconhecidos. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 14 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-ago-14/estado-economia-beneficios-financeiros-crediticios-ilustres-desconhecidos>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

2015, o valor desses benefícios chegou a R\$ 107,7 bilhões.² Em 2018, a concessão de benefícios tributários, financeiros e creditícios representou uma perda de receita orçamentária para o governo federal no montante projetado de R\$ 314,2 bilhões, sendo R\$ 292,8 bilhões de benefícios tributários e R\$ 21,4 bilhões de financeiros e creditícios. Valor expressivo e de análise indispensável.

Apesar de sucessivas quedas após 2015, chegando a 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018, há certa estabilidade dos benefícios tributários e redução acentuada dos financeiros e creditícios.

A trajetória decrescente dos benefícios creditícios e financeiros, dentre outros motivos possíveis, foi fruto essencialmente da revisão de alguns programas, como Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Programa de Sustentação do Investimento (PSI), bem como da redução nominal de valores associados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

Assim, no exercício de 2018, os benefícios financeiros e creditícios da União alcançaram R\$ 21,4 bilhões, correspondendo a uma redução de quase 75% em relação a 2017.³

Portanto, o volume de recursos financeiros, o impacto fiscal de sua utilização sobre a dívida pública e o uso desses subsídios para programas de natureza econômico-social, justificam e até impõem o conhecimento e a análise de suas características por parte dos estudiosos de Direito Econômico e Financeiro.

Partindo da Constituição Federal, o artigo 165, parágrafo 6º, determina que o projeto de lei orçamentária deverá ser acompanhado de *demonstrativo regionalizado do efeito dos benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia* sobre as receitas e despesas. Para além da Constituição, o artigo 5º, II, da LC nº 101/2000 também estabelece que o projeto de Lei Orçamentária Anual deverá vir acompanhado daquele demonstrativo regionalizado dos efeitos desses benefícios acima mencionados.

A alusão a esses benefícios, sem maiores definições, delimitações ou outros pormenores já abre a necessidade de esclarecimento para cumprimento necessário do estabelecido em texto constitucional e infraconstitucional acerca da matéria. O presente trabalho, ao realizar esforço de localização dos benefícios no modelo de Estado pretendido

² BRASIL. TCU. **Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República** – Exercício de 2014. Relator: Augusto Nardes. Brasília: TCU, 2014. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas_governo/contas_2014/index.html>. Acesso em: 17 nov. 2019.

³ Ibid.

pelo constituinte de 88, passa a estudar os gastos diretos dentro da lógica financeira, orçamentária e extraorçamentária, para compreensão adequada do tema.

A partir dessas determinações e da própria atividade de fiscalização externa do Tribunal de Contas da União (TCU), coube ao Ministério da Fazenda construir uma definição para a realidade brasileira do que seriam esses benefícios, de quais se tratariam (programas e fundos) e de como avaliar cada um.

Com a localização do assunto dentro do espectro do Direito Econômico e do Direito Financeiro, podemos definir os subsídios objeto de estudo com adequação necessária, já que agora são entendidos dentro do todo. Assim, os benefícios creditícios, considerados implícitos, podem ser compreendidos como subsídios que decorrem de programas oficiais de crédito concedidos a taxas de juros inferiores ao custo de captação do governo e que são operacionalizados por meio de fundos ou programas. Pelo fato de esses gastos não aparecem no orçamento vinculados diretamente aos benefícios que foram concedidos, mas sim a outras despesas como serviços da dívida pública, o estudo para além da despesa pública será necessário.

Já os benefícios financeiros são transferências correntes ou desembolsos efetivos feitos pelo governo federal para equalizar juros ou preços ou para a assunção das dívidas decorrentes de saldos de obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Não é nosso objetivo esgotar a análise dos benefícios creditícios e financeiros existentes atualmente. Levando em conta nossa base de análise, qual seja a governança desses benefícios, escolhemos 5 (cinco) subsídios relevantes em termos quantitativos e que, em algum momento, tiveram algum elemento relevante analisado pelo Tribunal de Contas da União e pela Administração Pública interna. Nesse sentido, justifica-se nossa opção pelo estudo da Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Residencial Baixa Renda, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural (PSR), Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e Programa de Sustentação de Investimento (PSI).

No que toca a Administração Pública interna, verificaremos a movimentação em termos de sua organização no sentido de distribuição de competências para gestão desses subsídios. Atualmente, a Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria (Sefel) do Ministério da Economia é a sucessora da Secretaria de Política Econômica (SPE) na competência para análise da gestão desses subsídios.

A Portaria nº 379/2006 (artigo 4º) do Ministério da Fazenda, atual Ministério da Economia, atribui à Secretaria de Política Econômica a competência para elaborar o

demonstrativo que acompanha o projeto da LOA, elaborar a apuração regionalizada de cada programa ou fundo para a análise do TCU e avaliar o seu impacto nos resultados fiscais e a efetividade daquelas políticas. Como mencionamos, essa competência hoje é da Secap.

Quando o governo federal constrói uma política econômico-social para subsidiar créditos com juros inferiores aos de captação, com preços inferiores aos de mercado ou assume dívidas de fundos, esses gastos devem ser apurados, regionalizados e estudados pelo governo, seja para informar o PLOA, seja para prestar contas ao TCU.

No que toca o controle externo, veremos que o Acórdão nº 1.718/2005-TCU Plenário foi um importante marco na governança desses benefícios. Desde então, há uma preocupação crescente com os benefícios e sua aplicação. Buscaremos compreender a evolução desse julgado tanto na jurisprudência do próprio Tribunal quanto no comportamento da Administração Pública interna.

A doutrina relacionada ao controle, tanto interno quanto externo, nos demonstrará de que maneira, e por quais razões, a condução das atividades públicas avançou para, hoje, sujeitar-se a responder não apenas pela legalidade de seus atos, mas também pela adequação e eficiência de sua conduta. Mecanismos de controle interno e externo da administração pública serão apresentados, a fim de introduzir o papel do Tribunal de Contas da União (TCU) neste trabalho.

A escolha do tema é justificada, em parte, por sua relevância perante a atual conjuntura nacional. O Brasil enfrentou um cenário de recessão econômica, tendo apresentado déficits fiscais desde o ano de 2014 – sendo que as projeções apontam que a situação negativa deve perdurar até o ano de 2020. Apesar de o déficit fiscal apresentado no ano de 2018 ter sido inferior àquele reportado no ano de 2017, o seu montante ainda é expressivo, representando 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB).⁴

Após contínuos exercícios fiscais em que a expansão do gasto foi financiada pela dívida pública, refletindo, por consequência, na dívida líquida em comparação ao PIB, a

⁴ Na nossa visão é importante já relativizarmos que a crítica indiscriminada ao elevado endividamento público é, por si só, problemática. As despesas estatais atendem a pressupostos constitucionais, dentre os quais a prestação de serviços públicos, o atendimento de direitos sociais e redução de desigualdades, fins constitucionalmente previstos que devem ser buscados ativamente pelo Estado às suas expensas. Sobre a necessidade de se ponderar acerca do custo da dívida, citamos: “A partir da década de 1980, a retórica do controle do déficit público, vinculada ao discurso neoliberal de repúdio ao Estado, é acompanhada pelo aumento dos gastos públicos, graças às despesas com a política monetária, especialmente as altas taxas de juros. O déficit público defendido por autores como John Maynard Keynes e Michal Kalecki era o déficit público do pleno emprego. Hoje é o déficit público que garante a remuneração para o capital” (BERCOVICI, Gilberto; MASSONETTO, Luís Fernando. A constituição dirigente invertida: a blindagem da constituição financeira e a agonia da constituição econômica. **Separata do Boletim de Ciências Econômicas**, Coimbra, v. 49, 2006, p. 68).

política fiscal do Governo Federal estruturou-se no ano de 2018 para tentar impedir o crescimento do endividamento da União.⁵

A Emenda Constitucional nº 95/2016, que trouxe o Novo Regime Fiscal também conhecido como Teto dos Gastos, foi estabelecida com a finalidade de impedir o crescimento real das despesas públicas primárias, limitando-o à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)⁶. Fato é que o quadro atual é de desequilíbrio fiscal, evitando-se qualquer juízo sobre a adequação das referidas medidas econômicas ou sobre a condução dos eventos políticos que se sucederam na última década. Há queda da arrecadação de receitas mesmo com a rigidez orçamentária imposta, sendo a escassez de recursos para a execução de política econômica uma decorrência lógica do quadro que se impõe.

A barreira à instituição de novos incentivos ou incremento em relação aos já existentes como fator necessário de promoção de objetivos econômico-sociais, em razão do esgotamento dos recursos públicos, denota a necessidade de avaliação dos resultados atingidos pelas políticas econômicas em vigor, bem como sua adequação aos objetivos pensados quando da sua criação.

O controle por nós entendido como imprescindível tem como finalidade munir o Estado das ferramentas necessárias à decisão sobre a permanência, incremento ou revogação dos benefícios. O questionamento sobre a eficiência desses incentivos para alcançar os objetivos para os quais foram instituídos é essencial para a justificativa de necessidade e manutenção deles em um cenário como o atual brasileiro.

Por todo o panorama aqui apresentado, resta clara a importância do tema escolhido.

⁵ “O déficit primário de 2019 do SPC, segundo a abordagem das necessidades de financiamento do setor público (NFSPs) – ou cálculo ‘abaixo da linha’ – divulgada pelo BCB, foi de 1,6% do PIB, ligeiramente inferior ao de 2017 (1,7% do PIB) e bem abaixo do pico recente, de 2,5% do PIB, em 2016, e da própria meta fixada para o ano passado, de 2,3% do PIB (gráfico 1 e tabela 1). Apesar dessa evolução, trata-se do quinto ano consecutivo de déficit primário. [...] A política fiscal em 2018 ilustra os avanços e os limites no sentido de manter a trajetória gradual de redução dos desequilíbrios. O fato de o déficit primário ter ficado bem abaixo do projetado um ano antes, mesmo com um desempenho do PIB inferior ao previsto, mostra que é possível reduzi-lo – por exemplo, por meio de medidas racionalizadoras, como as que vêm permitindo um menor crescimento das despesas com benefícios previdenciários devido a ações de combate às fraudes, ou de política econômica, como a redução de subsídios e subvenções. No entanto, o déficit primário permanece elevado do ponto de vista da dinâmica da dívida pública, e o escopo para reduções adicionais – em especial, os cortes de investimentos – vai se estreitando, na ausência de medidas estruturais que alterem a dinâmica de crescimento dos gastos. É o caso do peso das despesas obrigatórias no conjunto dos gastos públicos do governo federal, que corresponderam a 90,5% dos gastos primários totais de 2018” (IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Carta de Conjuntura**, Brasília, n. 42, p. 1-12, 1º trimestre 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190219_cc42_politica_fiscal.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019).

⁶ A EC 95, que vigorará por vinte exercícios financeiros, estabelece que o crescimento anual das despesas primárias deve estar limitado à variação do IPCA apurado no período de doze meses, encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. O descumprimento do limite estabelecido será punível com medidas restritivas à criação de novas despesas até que o Poder Executivo ou o órgão em questão retorne aos limites previstos.

A intenção deste trabalho é suprir, ainda que parcialmente, a escassez de estudos acadêmicos a respeito dos mecanismos de controle de eficiência dos benefícios creditícios e financeiros, bem como demonstrar a importância de estudos nesse sentido. Uma vez instituído o benefício, não há, em regra, avaliação periódica de resultados, de modo que são desconhecidos os benefícios sociais ou econômicos decorrentes de cada medida. Ter a vigência mantida a cada ano, sem que haja qualquer tipo de discussão no âmbito do Poder Executivo sobre a efetividade do benefício é um grande problema, não apenas aos benefícios vigentes, mas também aos que poderiam ser implementados em setores que necessitam da atuação direta do Estado.

Políticas econômicas que se valem de benefícios creditícios e financeiros como instrumentos de promoção do desenvolvimento são importantes no aperfeiçoamento das condições econômicas e sociais do país, de maneira que zelar pela eficiência na promoção dos objetivos que almeja é, ao mesmo tempo, respeitar as causas que ensejaram sua criação e possibilitar o seu perpetuamento de forma eficiente em setores que de fato necessitam.

Portanto, o controle de resultados é indispensável à boa saúde das finanças públicas e ao andamento de toda a sociedade, uma vez que composta por agentes econômicos que interagem entre si e com o Estado.

Para isso, fizemos um caminho doutrinário e normativo essencial ao estudo bibliográfico interdisciplinar publicado no Brasil. A pesquisa bibliográfica visa, como mencionamos, a contextualizar os benefícios creditícios e financeiros, e seus impactos na economia e na sociedade.

Muito embora a fundamentação teórica e doutrinária valha para tratar sobre a temática em geral, qualquer que seja o ente que os tenha instituído, neste trabalho tratamos somente dos federais. Cabe mencionar, todavia, que Estados e municípios ainda estão distantes do exercício transparente e efetivo do controle de suas renúncias. Os mecanismos de controle são quase inexistentes e as fiscalizações são pontuais e restritas. Pode-se afirmar que o desenvolvimento pelo qual o tema passou nas últimas décadas no âmbito federal não foi replicado nas demais esferas da Federação.⁷

Conforme mostrará a análise de alguns benefícios no terceiro Capítulo, a ideia é demonstrar em que medida as determinações do TCU têm despertado atenção aos mecanismos de controle dos subsídios, considerando não apenas seus aspectos financeiros,

⁷ ANDRADE, José Maria Arruda de. Ano Mostrou Seriamente a Necessidade de Discutir a Política Fiscal do País. **Consultor Jurídico**, São Paulo: Conjur, 24 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-dez-24/retrospectiva-2017-ano-mostrou-necessidade-discutir-politica-fiscal>>. Acesso em: 20 out. 2019.

mas também averiguando a qualidade da gestão dessas políticas. Os trabalhos de fiscalização realizados pelo Tribunal de Contas têm continuamente contribuído para a melhor compreensão do assunto dentro de outros órgãos da Administração. Isso porque as suas deliberações foram responsáveis por impulsionar o Poder Executivo a aperfeiçoar sua atividade de controle e aprimorar a coordenação entre os órgãos gestores.

Acreditamos que este trabalho poderá instigar a produção acadêmica, bem como orientar a atuação da Administração Pública, notadamente nos órgãos responsáveis pelo planejamento, implementação e controle dos benefícios. Nosso objetivo é colocar as bases doutrinárias que localizam esses benefícios no nosso ordenamento e ressaltar a importância de serem estabelecidos mecanismos de controle capazes de avaliá-los corretamente.

CONCLUSÃO

Após a análise realizada por esta dissertação, é possível que se identifiquem alguns pontos relevantes para nossa conclusão.

A compreensão do Direito Econômico na análise da política econômica adotada pelo Estado, bem como dos objetivos traçados pela Constituição Econômica de 1988 servem de ponto de partida para a compreensão dos benefícios creditícios e financeiros. A importância de localizar os instrumentos de atuação do Estado na economia, objeto de análise deste estudo, dentro da doutrina específica do Direito Econômico é essencial ao nosso estudo. Com esta análise conseguimos entender, sem qualquer dúvida, a importância dos referidos instrumentos para realização do próprio texto constitucional. Os benefícios existem, são legítimos e impõem sua concretização por determinação constitucional.

Assim, restou claro que o Estado não deve se limitar a atuação mínima, mas dimensionar seus recursos e política econômica de maneira a satisfazer o mais amplamente possível as necessidades sociais. Os instrumentos possíveis de política econômica tendem a garantir a manutenção da própria atividade econômica, bem como seu crescimento.

A identificação dos vieses orçamentários dos benefícios creditícios e financeiros e a identificação de elementos relevantes para a sua compreensão como as principais leis orçamentárias, a noção de planejamento, o conceito de despesa pública e dívida pública foram essenciais à compreensão de toda a técnica que circunda o tema. A definição do que é benefício creditício e financeiro em si passa pela compreensão das leis orçamentárias e dos elementos componentes e não componentes de um orçamento. A noção e localização dos benefícios dentro do que se entende por despesa orçamentária e extra orçamentária pretendeu trazer luz à discussão.

A compreensão de que planejamento não pode ser reduzido à noção de orçamento, pois perde sua principal característica, qual seja, a de fixar diretrizes para a atuação do Estado é chave na compreensão dos benefícios aqui expostos. O plano plurianual é uma previsão de gastos, essencial à gestão estatal, mas que pode ocorrer ou não, sem que qualquer órgão controle estritamente sua execução e ou garanta sua efetividade. A redução do referido plano ao orçamento pode levar à coordenação de forma mais controlada os gastos públicos, mas não se trata de verdadeiro planejamento, voltado à transformação das estruturas socioeconômicas do país. Por isso, não podemos perder de vista, bem como ressaltamos, que a necessidade de

planejamento no Brasil, em momento algum, foi suprida pela tentativa de plano plurianual com viés finalístico relato neste trabalho.

Ter controle sobre os gastos públicos é relevante, conforme demonstrado, mas em nada se confunde com a necessidade de planejamento para desenvolvimento do país. A mera execução orçamentária e controle a partir do que dispõem as peças orçamentárias podem perder o foco da necessidade de direcionamento da política que se pretende atingir ao desenhar determinado benefício, seja em cumprimento ao planejamento geral ou para o setor, sempre em consonância com o disposto pela Constituição Federal.

Por fim, o desenvolvimento do conceito de economicidade, sob o aspecto de foco no estudo do controle interno e externo de alguns benefícios eleitos para análise, demonstraram o objetivo pretendido por esta dissertação. O vocábulo *economicidade* tem feição pluridisciplinar e optamos por destacar sua vinculação ao domínio da ciência econômica e das ciências que estudam gestão relacionada a desempenho qualitativo. Nesse sentido, trata-se da obtenção do melhor resultado estratégico possível de uma determinada alocação de recursos financeiros, econômicos ou patrimoniais em cenário econômico específico.

Entender de que forma o TCU impulsiona a atuação da Administração Pública direta a realizar mudanças e adaptações necessárias ao benefício foi o grande objetivo desta dissertação. Não nos parece, por tudo que analisamos, que o controle de resultados de um determinado benefício seja algo simples ou até viável em sua plenitude, mas, a partir da provocação da Administração Pública para análise do instrumento, é possível que se retome um objetivo traçado e posteriormente desvirtuado ou entenda-se que outros resultados úteis são possíveis com a adoção da política. A resposta, a nosso ver, é a necessidade de planejamento de fato da política econômica que será adotada pelo Estado.

Interessante notar que do modo como desenvolvemos o raciocínio neste trabalho, o casamento de ideias se completa com a percepção do controle feito em alguns casos pelo TCU. O Tribunal de Contas, ao retomar (ou tentar retomar) o objetivo inicialmente traçado na criação do benefício, é capaz de avaliá-lo e sugerir medidas à Administração Direta para que retome o curso pretendido. Tudo passa pela necessidade de planejamento da política, como peça chave.

Ao iniciarmos as pesquisas para elaboração desta dissertação de mestrado, a pretensão de localizar os benefícios creditícios e financeiros em uma situação que os identificasse como medidas necessárias ao cumprimento dos objetivos constitucionais e ao mesmo tempo os localizasse em um contexto técnico orçamentário parecia uma ambição doutrinária longínqua. Some-se a isso a dificuldade de análise da economicidade pretendida pelo trabalho no cenário

então vigente da Administração Pública e do Tribunal de Contas da União. Hoje, em que pesem as inúmeras fragilidades na estrutura de governança e gestão dessas medidas, a importância do controle foi reconhecida e encontra-se em crescente expansão.

O que observamos aqui é justamente que o TCU possui um papel relevante na medida em que visa provocar a Administração Pública sobre os pontos deficientes e questionáveis dos benefícios. Contudo, o papel principal é, a nosso ver, da Administração Pública direta criadora e gestora do benefício. Isto porque, inicialmente, foi ela quem verificou a necessidade de implementação de tal política e, portanto, deve ser ela, hoje com auxílio externo do TCU, a promover as correções devidas.

Como ressaltamos, a análise do TCU deve fazer parte de um estágio intermediário até que se alcance a excelência nas avaliações (e na identificação da necessidade delas) por parte da própria Administração Pública interna. A educação e necessidade de avaliação provocadas pelo TCU, atualmente, são importantes, mas devem ser absorvidas pela Administração, a fim de que esta desenvolva sua própria forma de avaliar o benefício em consonância com o planejamento visto de uma forma global e para o setor, sendo o Tribunal de Contas chamado à análise apenas em situações excepcionais e dentro, exclusivamente, de sua competência constitucionalmente traçada. A Administração é, em verdade, a maior interessada e responsável pela condução adequada da política adotada e do benefício utilizado como instrumento de atuação no setor.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, Alberto. **Manual de ciência das finanças**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1952.

ALMEIDA, Carlos Otávio Ferreira de. O planejamento financeiro responsável: boa governança e desenvolvimento do Estado contemporâneo. In: CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando Facury (Coords.). **Orçamentos públicos e direito financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 577-599.

ALMEIDA, Francisco Carlos Ribeiro de. Uma abordagem Estruturada da Renúncia de Receita Pública Federal. **Revista do Tribunal de Contas da União**, n. 84, p. 19-62, p. 2000.

ANDRADE, José Maria Arruda de. A Política Econômica e a Governança dos Gastos Tributários Indiretos. **Consultor Jurídico**, São Paulo: Conjur, 30 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-ago-30/estado-economia-politica-gastos-tributarios-indiretos>>. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. Ano Mostrou Seriamente a Necessidade de Discutir a Política Fiscal do País. **Consultor Jurídico**, São Paulo: Conjur, 24 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-dez-24/retrospectiva-2017-ano-mostrou-necessidade-discutir-politica-fiscal>>. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. Avaliação de eficiência e efetividade é necessária em nossa política econômica. **Consultor Jurídico**, São Paulo: Conjur, 21 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-fev-21/estado-economia-avaliacao-eficiencia-necessaria-nossa-politica-economica>>. Acesso em: 01 out. 2019.

_____. Benefício financeiro da tarifa social de energia de consumidores de baixa renda. **Consultor Jurídico**, São Paulo: Conjur, 09 out. 2019.

_____. Benefícios Creditícios e Financeiros: esses ilustres desconhecidos. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 14 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-ago-14/estado-economia-beneficios-financeiros-crediticios-ilustres-desconhecidos>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

ANEEL. **Boletim Mensal sobre Subsídios da União – Conta de Desenvolvimento Energético Subsídios Públicos ou Cruzados?** Edição 7. Brasília, abr. 2019.

ATALIBA, Geraldo. **Empréstimos públicos e seu regime jurídico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das finanças**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Direito econômico brasileiro**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 2000.

BERCOVICI, Gilberto. A Constituição dirigente e a crise da teoria da Constituição. In: BERCOVICI, Gilberto; LIMA, Martonio Mont'Alverne B.; MORAES FILHO, José Filomeno; SOUZA NETO, Cláudio Pereira. **Teoria da Constituição: estudos sobre o lugar da política no direito constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003. p. 75-150.

_____. As origens do Direito Econômico: homenagem a Washington Peluso Albino de Souza. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Número especial em memória do Professor Washington Albino Peluso de Souza, p. 253-263, 2013.

_____. Constituição e Estado de Exceção Permanente: Atualidade de Weimar. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

_____. **Constituição Econômica e Desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. **Desigualdades regionais, estado e Constituição**. São Paulo: Max Limonad, 2003.

_____. Direito Econômico do Petróleo e dos Recursos Minerais. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

_____. O ainda indispensável direito econômico. In: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita; BERCOVICI, Gilberto; MELLO, Claudineu de. (Org.). **Direitos humanos, democracia e república: homenagem a Fábio Konder Comparato**. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 503-519.

_____. Parecer sobre a inconstitucionalidade da Medida Provisória da Liberdade Econômica (Medida Provisória no 881, de 30 de abril de 2019). **Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico – RFDPE**, Belo Horizonte, ano 8, n. 15, p. 173-202, mar./ago. 2019.

_____. **Soberania e Constituição: para uma crítica do constitucionalismo**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

_____; MASSONETTO, Luís Fernando. A Constituição Dirigente Invertida: A Blindagem da Constituição Financeira e a Agonia da Constituição Econômica. **Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro**, v. 45, p. 79-89, 2007.

_____; _____. A constituição dirigente invertida: a blindagem da constituição financeira e a agonia da constituição econômica. **Separata do Boletim de Ciências Econômicas**, Coimbra, v. 49, p. 57-77, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. As contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo e sua atualidade. In: SABOIA, João; CARVALHO, Fernando J. Cardim de (Orgs). **Celso Furtado e o Século XXI**. Rio de Janeiro: Manole, 2007. p. 431-445.

_____. Cinquenta anos de Pensamento da CEPAL – uma resenha. In: _____. (Org.). Cinquenta anos de Pensamento da CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-68.

_____. **Pensamento Econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRASIL. Ministério da Economia. **Demonstrativo de Benefícios Creditícios e Financeiros 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de>

conteudos/publicacoes/demonstrativos-financeiros-e-crediticios/beneficios-financeiros-e-crediticios/demonstrativo-de-beneficios-financeiros-e-crediticios-2018>. Acesso em: 16 nov. 2019.

_____. Ministério da Economia. Receita Federal. Demonstrativos dos Gastos Tributários – DGT. Brasília, 25 nov. 2014, modificado em 4 set. 2018. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/demonstrativos-dos-gastos-tributarios-dgt>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

_____. Ministério da Economia. SECAP. **Boletim Mensal de Subsídios da União**. Uma Análise dos Subsídios (Gastos) Tributários da União: evolução e comparação internacional. Brasília, jun. 2019. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/orcamento-de-subsidios-da-uniao/arquivos/boletim-mensal-sobre-os-subsidios-da-uniao-analise-dos-subsidios-gastos-tributarios-da-uniao-evolucao-e-comparacao-internacional>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

_____. Ministério da Economia. Secretaria de Acompanhamento Econômico. **Orçamento de Subsídios da União**. Relatório do Governo Federal sobre a evolução dos gastos tributários e benefícios financeiros e creditícios no período de 2003 a 2016. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/orcamento-de-subsidios-da-uniao/arquivos/orcamento-de-subsidios-da-uniao-2016.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2019.

_____. Ministério da Economia. **Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria (Sefel)**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/orgaos/sefel>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. Ministério da Economia. Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios. Brasília, 20 abr. 2018. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/demonstrativos-financeiros-e-crediticios>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

_____. Ministério da Economia. **Secretaria de Política Econômica**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.spe.fazenda.gov.br/assuntos/politica-fiscal-e-tributaria/beneficios-financeiros-e-crediticios/demonstrativo2014.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

_____. Ministério da Economia. Tesouro Nacional. **Dívida Pública – Conceitos Básicos**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/conceitos-basicos-faq>>. Acesso em: 12 out. 2019.

_____. Ministério da Fazenda. SEAE. **As alterações propostas no Fies. MP 785/2017**. Brasília, 2017.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria. **Processo SEI nº 18101.100462/2018-91**. Brasília, 19 jul. 2018.

_____. TCU. **Auditoria Operacional do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)**. Brasília: TCU, 01 jan. 2016. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/auditoria-operacional-no-fundo-de-financiamento-estudantil-fies.htm>>. Acesso em: 25 dez. 2019.

_____. TCU. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____. TCU. **Manual de Auditoria Financeira**. Brasília, 1º jan. 2016. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/manual-de-auditoria-financeira.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

_____. TCU. **Manual de Auditoria Operacional**. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog), 2010. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/controle-externo/normas-e-orientacoes/normas-de-fiscalizacao/auditoria-operacional.htm>>. Acesso em: 14 out. 2019.

_____. TCU. **Relatório de Fiscalização nº 151/2017**. Relator: André de Carvalho. Brasília, 2017.

_____. TCU. **Relatório do Acórdão nº 1.718/2005**. Relator: Augusto Sherman Cavalcanti. Sessão: 26 out. 2005. Órgão Julgador: Plenário. Brasília, 2005. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/KEY%253AACORDAO-COMPLETO-22323/DTRELEVANCIA%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse>. Acesso em: 28 jun. 2018.

_____. TCU. **Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República – Exercício de 2014**. Relator: Augusto Nardes. Brasília: TCU, 2014. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas_governo/contas_2014/index.html>. Acesso em: 17 nov. 2019.

_____. TCU. **Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Presidente da República**. Relatora: Ministra Ana Arraes. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/contas-do-governo/index.html>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

_____. TCU. **Resolução nº 240, de 23 de dezembro de 2010**. Define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União. Brasília: 3 jan. 2011.

_____. TCU. **Tarifa Social e Desafios da Universalização dos Serviços de Energia Elétrica no Brasil**. Brasília: TCU, 16 jun. 2008. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/tarifa-social-e-desafios-da-universalizacao-dos-servicos-de-energia-eletrica-no-brasil.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

CABRAL, Nazaré da Costa. **Programação e decisão orçamental: da racionalidade das decisões orçamentais à racionalidade econômica**. Coimbra: Almedina, 2008 (Coleção Teses de Doutorado).

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Constituição dirigente e vinculação do legislador: contributo para a compreensão das normas constitucionais programáticas**. Reimpressão. Coimbra: Coimbra, 1994.

CARDONA, Alejandro Ramirez. **Sistema de hacienda pública**. Bogotá: Temis, 1970.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**, 25º Ed. Rev., ampl. e atual. até a Lei nº 12. 587, de 3-1-2012 – São Paulo: Atlas, 2012.

CARVALHOSA, Modesto Souza Barros. **Direito Econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

_____. **Considerações sobre Direito Econômico**. 1971. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.

CHANG, Hoo-Joon. **Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. São Paulo: Unesp, 2004.

CHENOT, Bernard. **Organisation Économique de L' État**. Paris: Dalloz, 1951.

CLARK, Giovani; CORRÊA, Leonardo; NASCIMENTO, Samuel Pontes do. Ideologia constitucional e pluralismo produtivo. **Revista da Faculdade UFMG**, Número Esp. em Memória ao Prof. Washington Peluso Albino de Souza, p. 265-300, 2013.

COELHO, Luiz Fernando. Considerações sobre economia e planejamento no Direito Administrativo. In: ABUJAMRA JÚNIOR, João (Coord.). **Direito Administrativo Aplicado e Comparado**. t. I. São Paulo: Resenha Universitária, 1979. p. 141-165.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. O indispensável Direito Econômico. In: _____. **Ensaio e Pareceres de Direito Empresarial**. Rio de Janeiro: Forense, 1978. p. 453-472.

_____. Ordem econômica na Constituição Brasileira de 1988. **Revista de Direito Público**, São Paulo, v. 23, n. 93, p. 263-276, jan./mar. 1990.

CONTI, José Maurício; CARVALHO, André Castro. O Controle Interno na Administração Pública Brasileira: Qualidade do Gasto Público e Responsabilidade Fiscal. **Revista de Direito Público**, v. 8, n. 37, p. 201-220, jan./fev. 2011. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1845/1028>>. Acesso em: 20 out. 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FARJAT, Gérard. **Droit Économique**. Paris: PUF, 1971.

FONROUGE, Carlos M. Giuliani. **Derecho Financiero**. 3. ed. Buenos Aires: Depalma, 1982.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

_____. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. 10. ed., rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GELCER, Daniel Monteiro. **Incentivos fiscais, desconcentração industrial e desenvolvimento regional**. 2017. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

_____. **Teoria Furtadiana de Desenvolvimento Econômico e a Ordem Econômica Constitucional Brasileira**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Financeiro) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 17. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2015.

_____. **Elementos de direito econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

_____. **Planejamento Econômico e Regra Jurídica**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

HORVATH, Estevão. **O Orçamento no século XXI: tendências e expectativas**. Tese (Concurso de professor titular de Direito Financeiro) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

INGROSSO, Giovanni. **Corso di finanza pubblica**. Napoli: Dott Eugenio Jovene, 1969.

INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE. Relatório de Acompanhamento Fiscal. n. 1. Brasília, fev. 2017. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529484/RAF_fev17_completo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 nov. 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Carta de Conjuntura**, Brasília, n. 42, p. 1-12, 1º trimestre 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190219_cc42_politica_fiscal.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

IRTI, Natalino. **L'ordine giuridico del mercato**. Roma: Editori Laterza, 2001.

MARQUES NETO, Floriano Peixoto de Azevedo. Os grandes desafios do controle da Administração Pública. **Fórum de Contratação e Gestão Pública** – FCGP, Belo Horizonte, v. 9, n. 100, p. 7-30, abr. 2010.

_____. Os grandes desafios do controle da Administração Pública. In: MODESTO, Paulo (coord.). **Nova Organização Administrativa Brasileira**. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 195-226.

MASSONETTO, Luís Fernando. **O direito financeiro no capitalismo contemporâneo: a emergência de um novo padrão normativo**. 2006. Tese (Doutorado em Direito Econômico e Financeiro) – Faculdade de Direito da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 18. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MOREIRA, Vital. **A Ordem Jurídica do Capitalismo**. Coimbra: Centelha, 1978.

MUSGRAVE, Richard. **Teoria das finanças públicas: um estudo da economia governamental**. v. 1. São Paulo: Atlas; Brasília: INL, 1973.

_____; MUSGRAVE, Peggy. **Finanças públicas: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Edusp, 1980.

NUSDEO, Fábio. **Curso de economia: introdução ao direito econômico**. 3. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da Revolução, Elegia para uma Re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de Direito Financeiro**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. Deve o orçamento ser cumprido? **Jus Navegandi**, Teresina, v. 9, n. 672, 8 maio 2005.

_____; HOVART, Estevão; TAMBASCO, Teresa Cristina Castrucci. **Manual de Direito Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. São Paulo: Atlas, 1980.

RIBEIRO, Sheila Maria Reis. **Controle Interno e Paradigma Gerencial**. Brasília: ENAP, 1997.

RODRIK, Dani. **Rescuing Economics from Neoliberalism**. Massachusetts: Boston Review, 2007. Disponível em: <<https://bostonreview.net/class-inequality/dani-rodrik-rescuing-economics-neoliberalism>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio Franco da. **Manual de direito financeiro e direito tributário**. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ROSILHO, Andre Janjacom. **Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas da União**. 2016. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SAVY, Robert. **Droit Public Économique**. Paris: Dalloz, 1972.

SCAFF, Fernando Facury. A Constituição Econômica Brasileira em seus 15 anos. **Revista de Direito Público da Economia**, ano 1, no 03, jul/set, 2003.

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Normas tributárias indutoras e intervenção econômica**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SILVA, Gerson Augusto da. **A política tributária como instrumento do desenvolvimento**. 2. ed. Brasília: ESAF, 2009.

SILVA, José Afonso da. **Orçamento-programa no Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

_____. Orçamento-programa. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar;

NASCIMENTO, Carlos Valder do (Orgs.). **Tratado de direito financeiro**. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2013.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de SOUZA. MENDONÇA, José Vicente Santos de. “Fundamentalização e Fundamentalismo na Interpretação do Princípio Constitucional da Livre Iniciativa” in Cláudio Pereira de Souza Neto e Daniel Sarmiento (Coord.), **A Constitucionalização do Direito: Fundamentos Teóricos e Aplicações Específicas**, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2007, p. 740.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. **Primeiras linhas de Direito Econômico**. 6. ed. São Paulo: LTr: 2005.

_____. **Teoria da constituição econômica**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

SPECK, Bruno Wilhelm. **Inovação e rotina no Tribunal de Contas da União** – o papel da instituição superior de controle financeiro no sistema político-administrativo do Brasil. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

SURREY, Stanley S. The Tax Expenditure Concept and the Budget Reform Act of 1974. **Boston College Law Review**, v. 17, n. 7, p. 679-737, 1976.

TOLEDO, Gastão Alves de. **O Direito Constitucional Econômico e sua Eficácia**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

TORRES, Heleno Taveira. Constituição financeira e o federalismo financeiro cooperativo equilibrado brasileiro. **Revista de Direito Econômico e Financeiro**, n. 5, 2014, p. 27.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de direito financeiro e tributário**. 18. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

_____. O Tribunal de Contas e o controle da legalidade, economicidade e legitimidade. **Revista do TCE-RJ**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 37-44, jul./1991.

_____. **Tratado de direito constitucional financeiro e tributário** – O orçamento na Constituição. v. 5, 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. **Tratado de Direito constitucional, financeiro e tributário** – Constituição financeira, sistema tributário e estado fiscal. v. 1. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

VALENTE, Patricia Rodrigues Pessôa. **Avaliação de Impacto Regulatório**: uma ferramenta à disposição do Estado. 2000. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VIDIGAL, Geraldo de Camargo. **Fundamentos do direito financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

_____. **Teoria Geral do Direito Econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

VILLEGAS, Hector. **Curso de finanzas, derecho financiero y tributario**. 7. ed., ampl. y actual. Buenos Aires: Depalma, 2001.

XAVIER, António Lobo. **O orçamento como lei** – contributo para a compreensão de algumas especificidades do direito orçamental português. **Boletim de Ciências Económicas**, v. 33, p. 193-235, 1990.

BIBLIOGRAFIA PESQUISADA

ANDRADE, José Maria Arruda de. A Constituição brasileira e as considerações teleológicas na hermenêutica constitucional. In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel; BINENBOJM, Gustavo (Orgs.). **Vinte anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 323-340.

_____. Como Entender os Benefícios Fiscais, Financeiros e Creditícios. **Consultor Jurídico**, São Paulo: Conjur, 9 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jul-09/estado-economia-cono-entender-beneficios-tributarios-financeiros-crediticios>>. Acesso em: 01 out. 2019.

_____. É Fundamental Repensar Política Econômica que se Vale de Tributos. **Consultor Jurídico**, São Paulo: Conjur, 17 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-abr-17/estado-economia-politica-economica-vale-tributos-repensada>>. Acesso em: 01 out. 2019.

_____. **Economicização do Direito Concorrencial**. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

_____. Legislador Tributário Precisa de Mais Clareza pra Criar Segurança Jurídica. **Consultor Jurídico**, São Paulo: Conjur, 15 maio 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-mai-15/estado-economia-legislador-tributario-clareza-seguranca-juridica>>. Acesso em: 01 out. 2019.

_____. Reforma tributária não pode ignorar diferenças entre as regiões. **Consultor Jurídico**, São Paulo: Conjur, 19 maio 2019. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-mai-19/reforma-tributaria-nao-ignorar-diferencas-entre-regioes>>. Acesso em: 01 out. 2019.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

ASSONI FILHO, Sérgio; BLIACHERIENE, Ana Carla; ANDRADE, Cesar Augusto Seijas de. Dívida Pública. In: OLIVEIRA, Regis Fernandes; HORVATH, Estevão; CONTI, José Maurício; SCAFF, Fernando Facury (Coords.). **Lições de Direito Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 95-118.

BARROS, Maurício. Orçamento e discricionariedade. In: CONTI, José Maurício; SCAFF, Fernando Facury (Coords.). **Orçamentos Públicos e Direito Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 975-1007.

BERCOVICI, Gilberto. Constituição Econômica e Dignidade da Pessoa Humana. **Revista da Faculdade de Direito**. Universidade de São Paulo, v. 102, p. 457-467, 2007.

_____. Estado, Soberania e Projeto Nacional de desenvolvimento: breves indagações sobre a constituição de 1988. **Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais**, n. 1, p. 559-569, jan./jun. 2003.

_____. Os Princípios Estruturantes e o Papel do Estado. In: CARDOSO JR., José Celso. **A Constituição Brasileira de 1988 Revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômica e social**. v. 1. Brasília: Ipea, 2009. p. 255-291.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Formação Econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. **Revista de Economia Política**, v. 9, n. 4, p. 38-55, out./dez. 1989.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

BORGES, José Souto Maior. **Introdução ao Direito Financeiro**. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 1998.

BRASIL. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2019.

_____. **Tribunal de Contas da União**. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Celso Furtado: o desenvolvimento como missão. SABOIA, João; CARVALHO, Fernando J. Cardim de (Orgs.). **Celso Furtado e o Século XX**. Barueri: Manole, 2007. p. 63-80.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARVALHO, André de Castro; LOCHAGIN, Gabriel Loretto; SILVEIRA, Francisco Secaf A. Orçamento Público. In: OLIVEIRA, Regis Fernandes; HORVATH, Estevão; CONTI, José Maurício; SCAFF, Fernando Facury (Orgs.). **Lições de Direito Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 67-94.

COMPARATO, Fábio Konder. Planejar o desenvolvimento: a perspectiva institucional. In: _____. **Para viver a democracia**. São Paulo, Brasiliense, 1989. p. 83-123.

CONTI, José Mauricio (Coord.). Orçamentos públicos. **A Lei 4.320 comentada**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____. **Direito Financeiro na Constituição de 1988**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

_____. Dívida pública e responsabilidade fiscal no federalismo brasileiro. In: SCHOUERI, Luís Eduardo (Coord.) **Direito Tributário**. Estudos em homenagem a Alcides Jorge Costa. v. 2. São Paulo: Quartier Latin, 2003. p. 1077-1094.

DIMOULIS, Dimitri. Positivismo, moralismo, e pragmatismo na interpretação do direito constitucional. **Revista dos Tribunais**, v. 88, n. 769, p. 11-27, nov. 1999.

FIGUEIREDO, Carlos Maurício Cabral. Lei de Responsabilidade Fiscal: o resgate do planejamento governamental. In: FIGUEIREDO, Carlos Maurício; NÓBREGA, Marcos. **Lei de Responsabilidade Fiscal**: aspectos polêmicos. Belo Horizonte: Fórum, 2006. p. 135-151.

FIORI, José Luís. **O Vôo da coruja**: para reler o desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos (Orgs.). **Polarização Mundial e Crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 39-59.

FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Um projeto para o Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

GOMES, Emerson Cesar da Silva. **O Direito dos Gastos Públicos no Brasil**. São Paulo: Almedina, 2015.

GRAU, Eros Roberto. **Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. **O direito posto e o direito pressuposto**. São Paulo: Malheiros, 2000.

HERMANN, Jennifer. **A macroeconomia da dívida pública: notas sobre o debate teórico e a experiência brasileira recente**. Dilemas da dívida. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, nov. 2002 (Cadernos Adenauer III, n. 4).

HIRSCHMAN, Albert Otto. **Política econômica na América Latina**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

HUNT, Emery Kay. **História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

JARACH, Dino. **Finanzas Públicas y Derecho Tributario**. Buenos Aires: Cantagallo, 1993.

JÈZE, Gaston. **Cours de science des finances et de législation financière française**. Paris: Marcel Giard, 1922.

LAPATZA, José Juan Ferreiro. Dívida Pública. **Revista de Direito Público**, São Paulo, n. 84, p. 122-127, out./dez. 1987.

LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. 4. ed. Tradução de José Lamago. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

MEDAUAR, Odete. **Controle da Administração Pública**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MONCADA, Luís S. Cabral de. **Direito económico**. 3. ed. rev. e atual. Coimbra, Coimbra Editora, 2000.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. O Estado e a economia na Constituição de 1988. **Revista de Informação Legislativa**, v. 26, n. 102, p. 5-20, abr./jun. 1989.

MOREIRA, Vital. **Economia e Constituição: Para o Conceito de Constituição Econômica**. 2. ed. Coimbra: Coimbra, 1974.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NEVES, Antônio Castanheira. **Redução Política do Pensamento Metodológico-Jurídico. Digesta**. v. 2. Coimbra: Coimbra, 1995.

NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. São Paulo: Acadêmica, 1994.

_____. A Interpretação Jurídica no Estado Democrático de Direito. In: GRAU, Eros; GUERRA FILHO, Willis S. (Orgs.). **Direito Constitucional: estudos em homenagem a Paulo Bonavides**. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 356-376.

_____. Constitucionalização simbólica e desconstitucionalização fática: mudança simbólica da Constituição e permanência das estruturas reais de poder. **Revista Trimestral de Direito Público**, São Paulo: Malheiros, v. 12, p. 156-67, 1995.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 1995.

NUNES, António José Avelãs. **Noção e objecto da economia política**. Coimbra: Almedina, 1996.

_____. **Teoria económica e desenvolvimento económico: a controvérsia monetarismo/estruturalismo na América Latina**. Lisboa: Caminho, 1988.

_____. **Uma Introdução à Economia Política**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Celso Furtado: formação econômica do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos**. v. 1, 3. ed. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. Para retomar a construção interrompida (Prefácio). In: SABOIA, João; CARVALHO, Fernando J. Cardim de (Org.). **Celso Furtado e o Século XX**. Barueri: Manole, 2007. p. xvii-xx.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Gastos públicos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

PERROUX, François. **A Economia do Século XX**. Lisboa: Moraes, 1967.

_____. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

PIÉDELIÈVRE, Alain et Marie-Claire. **Droit du crédit**. Paris: PUF, 1985.

POLLARI, Nicolò. **Scienza delle Finanze**. Roma: Laurus Robuffo, 1995.

PIRES, Adilson Rodrigues. Incentivos Fiscais e o Desenvolvimento Econômico. In: SCHOUERI, Luís Eduardo (Coord.). **Direito Tributário**. v. 2. São Paulo: Quartier Latin, 2003, p. 1110-1124.

PRADO JR., Caio. **História e Desenvolvimento**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **História Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do desenvolvimento Latino-Americano**. Mar del Plata: Fundo de Cultura, 1968.

_____. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. 1949. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos do pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 69-136.

REGO, José Marcio (Org.). **Retórica na economia**. São Paulo: Edições 34, 1996.

RISTER, Carla Abrantkoski. **Direito ao desenvolvimento**: antecedentes, significados e consequências. 2003. Tese (Doutorado em Direito Econômico e Financeiro) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RODRIGUEZ, José Rodrigo (Org.). **O Novo Direito e Desenvolvimento**: Presente, Passado e Futuro. Textos selecionados de David M. Trubek. São Paulo: Saraiva, 2009.

SALOMÃO FILHO, Calixto. Direito como instrumento de transformação social e econômica. **Revista de Direito Público da Economia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 15-44, 2003.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de (Coord.). **Curso de direito tributário e finanças públicas**: do fato à norma, da realidade ao conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2008.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Tradução: Laura Schlaepfer. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2010.

SILVA. Sandoval Alves da. Direitos Sociais. **Leis orçamentárias como instrumento de implementação**. Curitiba: Juruá, 2007.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. **A Constitucionalização do Direito**: fundamentos teóricos e aplicações práticas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. **Direito Econômico**. São Paulo: Saraiva, 1980.

TAVARES, Maria da Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TORRES, Heleno Taveira. **Direito Constitucional Financeiro. Teoria da Constituição Financeira**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

TORRES, Ricardo Lobo. **O direito ao mínimo existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

TROTABAS, Louis. **Finances Publiques**. 3. ed. Paris: Dalloz, 1969.

VASCONCELLOS, Roberto França (Org.). **Política Fiscal**. São Paulo: Saraiva; Direito GV, 2009 (Série GV-Law).

ANEXO – Demonstrativo de Benefícios Creditícios e Financeiros 2018²⁵⁶

DISCRIMINAÇÃO	Tipologia	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Benefícios Financeiros	Explicito	5.718.727	2.798.988	7.676.241	6.981.278	9.418.768	7.424.614	9.377.292	3.751.973
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	Explicito								
Subvenção à Comercialização de Óleo Diesel Combustível de Uso Rodoviário	Explicito								
Minha Casa Minha Vida - MCMV	Explicito							1.571.858	1.571.804
PRONAF (Equalização)	Explicito	569.375	609.211	762.290	1.088.674	566.319	797.508	767.870	323.856
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	Explicito	532.841	8.169.180	130.097	1.028.756	3.514.014	2.934.909	693.585	6.497.732
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	Explicito	259.185	342.325	267.541	484.918	27.492	28.369	(72.318)	(339)
Subv. de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	Explicito	-	1.099.437	1.307.457	1.400.115	946.829	1.339.974	1.719.969	1.674.817
Custeio Agropecuário	Explicito	356.221	106.603	204.225	341.561	956.679	446.154	197.961	488.840
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - PSR	Explicito	-	6	2.315	31.122	60.962	157.545	178.507	198.278
PESA (Explicito)	Explicito	182.091	135.677	300.874	197.200	216.358	237.657	247.411	99.431
PROEX (Equalização)	Explicito	917.301	483.763	608.717	448.810	382.918	307.124	394.295	231.731
FUNCAFÉ (Equalização)	Explicito					2.606	23.680	52.951	82.715
AGF e Estoques Estratégicos	Explicito	756.393	216.961	855.283	249.973	(124.343)	(157.099)	2.411.392	1.115.619
Empréstimos do Governo Federal - EGF	Explicito	16.438	5.411	6.706	3.289	30.914	7.770	11.507	88.683
FDNE (Equalização)	Explicito								
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	Explicito	8.660	39.282	20.065	-	-	-	-	-
Garantia e Sustentação de Preços	Explicito	25.770	14.611	235.963	906.106	1.181.122	935.916	925.646	1.359.018
Revitaliza	Explicito							58.673	-
FDGO (Equalização)	Explicito								
Garantia e Sustentação de Preços da Agric. Familiar	Explicito								
Viver sem Limite - PCD	Explicito								

²⁵⁶ BRASIL. Ministério da Economia. **Demonstrativo de Benefícios Creditícios e Financeiros 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/demonstrativos-financeiros-e-crediticios/beneficios-financeiros-e-crediticios/demonstrativo-de-beneficios-financeiros-e-crediticios-2018>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

DA (Equalização)	Explicito								
Subv. ao Preço do Óleo de Embarcações Pesqueiras	Explicito	2.800	7.401	6.250	19.435	25.500	20.479	21.785	19.787
Securitização Agrícola	Explicito	1.928.406	1.242.924	2.699.377	486.922	1.497.506	-	-	-
RECOOP (Equalização)	Explicito							948	-
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	Explicito	590	1.134	1.185	1.106	292	9.304	836	-
Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)	Explicito	-	52	4.213	8.447	6.831	3.089	1.097	-
Programa de MPO - Programa Crescer	Explicito								
Financ. em Projetos de Habitação Popular	Explicito	158.545	324.369	263.683	284.846	126.769	332.234	193.318	-
Subv. aos Produtores de Borracha Natural	Explicito	4.111	641	-	-	-	-	-	-
Benefícios Creditícios	Implicito	11.616.697	12.727.262	25.024.193	16.457.031	8.258.363	16.378.028	13.672.831	15.166.723
Empréstimos da União ao BNDES	Implicito						17.776	4.576.871	8.469.246
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Implicito	3.938.423	6.971.591	11.937.912	9.305.165	5.195.308	3.813.958	(857.546)	(1.505.722)
Fundos Constitucionais de Financ. - FNE, FNO e FCO	Implicito	3.195.025	2.829.898	10.163.259	4.254.792	4.117.308	5.552.053	5.364.761	6.192.908
Fundo Financiamento Estudantil - FIES	Implicito	304.167	212.580	304.381	156.770	304.739	1.740.429	589.000	986.179
Fundo da Marinha Mercante - FMM	Implicito	345.784	432.721	458.763	553.958	471.613	1.314.572	3.671	(5.143)
PROER	Implicito	2.187.641	1.081.778	1.116.792	1.393.937	(2.518.252)	(1.506.802)	2.925.886	(347.763)
FDNE (Financiamento)	Implicito						74.440	4.866	117.955
FUNCAFÉ (Financiamento)	Implicito	270.166	191.672	254.374	189.397	173.301	357.568	460.411	329.891
PROEX (Financiamento)	Implicito	455.262	146.011	300.369	103.460	(148.779)	(190.668)	(348.430)	(336.769)
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	Implicito	73.218	131.794	138.251	156.932	156.182	242.198	135.907	319.692
PESA (Implicito)	Implicito								198.150
FNDCT	Implicito						314.792	220.633	169.184
PRONAF (Financiamento)	Implicito	409.029	513.040	51.801	144.593	334.175	269.671	136.759	(268.166)
FDCO (Financiamento)	Implicito								
FGPC	Implicito	49.759	8.423	31.261	15.298	28.339	6.887	(11.640)	6.884
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	Implicito	4.144	2.499	1.623	10.048	1.293	1.292	769	826
RECOOP (Financiamento)	Implicito	74.621	58.008	73.199	19.404	20.759	27.591	13.629	10.112
FRD	Implicito	43.019	20.407	12.725	29.409	24.224	21.416	6.558	9.300
FDA (Financiamento)	Implicito						(31.624)	58.244	39.884

Fundo de Garantia à Exportação - FGE	Implicito						4.194.083	(3.028)	779.263
Securitização Agrícola (implícito)	Implicito								
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	Implicito	266.438	126.841	179.483	123.868	98.152	158.395	395.509	812
Benefícios Tributários	Implicito	34.539.338	35.826.350	43.401.962	65.397.519	88.628.908	99.197.209	116.097.994	135.860.977
SIMPLES Nacional	Implicito	8.822.498	12.622.452	13.389.577	15.055.925	17.510.104	18.996.013	30.448.690	36.314.876
Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio	Implicito	3.643.134	3.671.013	4.612.080	11.228.749	12.547.907	14.809.371	13.182.330	17.257.273
Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - IRPF	Implicito	6.035.811	2.451.940	2.953.521	3.949.482	10.936.400	11.013.151	11.252.044	12.315.497
Entidades Sem Fins Lucrativos - Imunes / Isentas	Implicito	2.937.469	5.430.628	6.918.863	5.273.434	5.376.441	5.904.244	11.926.922	13.450.081
Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica	Implicito	1.777.634	1.860.580	1.627.710	4.466.134	6.570.261	7.328.216	9.788.859	9.879.543
Deduções do Rendimento Tributável - IRPF	Implicito	3.084.505	2.561.786	2.972.688	3.159.453	8.913.399	10.273.607	9.197.710	9.488.758
Desoneração da Folha de Salários	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios do Trabalhador	Implicito	158.813	1.079.107	2.042.110	4.579.562	4.330.416	4.535.179	4.950.751	5.711.209
Poupança e Letra imobiliária Garantida	Implicito	-	5.178	4.936	652.205	2.345.571	2.830.854	2.976.136	3.447.350
Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos	Implicito	847.893	964.560	1.398.146	3.958.468	2.875.891	3.091.655	3.455.615	3.613.704
Desenvolvimento Regional	Implicito	2.303.383	1.531.325	2.187.266	4.189.466	4.286.723	4.366.265	4.105.345	5.845.638
Programa de Inclusão Digital	Implicito	-	-	-	625.726	1.005.244	1.369.000	1.262.070	1.293.844
Informática e Automação	Implicito	1.530.000	823.020	1.369.063	2.038.482	2.755.400	3.261.371	3.103.252	3.570.760
Setor Automotivo	Implicito	753.183	882.288	1.056.464	768.733	1.523.482	1.946.288	1.716.024	1.996.615
Pesquisas Científicas e Inovação Tecnológica	Implicito	-	228.112	368.683	767.402	1.545.573	2.731.830	2.122.134	2.498.566
REIDI	Implicito	-	-	-	-	-	57.639	606.553	1.218.041
Olimpíada	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos Habitacionais	Implicito	136.945	130.657	159.491	137.680	264.383	869.581	494.328	809.277
Embarcações e Aeronaves	Implicito	217.834	214.039	228.775	633.231	984.309	976.289	871.103	766.083
MEI - Microempreendedor Individual	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Coletivo	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Cultura e Audiovisual	Implicito	357.135	239.051	403.266	917.887	1.107.019	957.980	826.680	1.088.957
Álcool	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
PROUNI	Implicito	-	-	-	215.890	348.766	434.174	530.599	578.116

Termoelectricidade	Implícito	-	15.067	294.473	55.745	65.651	73.223	74.229	124.491
REPNBL-Redes	Implícito	-	-	-	-	-	-	-	-
Petroquímica	Implícito	159.106	237.880	615.177	341.388	358.083	422.764	274.803	350.281
Gás Natural Liquefeito	Implícito	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivo à Formalização do Emprego Doméstico	Implícito	-	-	-	158.573	227.317	260.831	292.683	343.070
Horário Eleitoral Gratuito	Implícito	174.110	238.585	283.549	494.637	150.710	420.395	201.129	604.264
Fundos Constitucionais	Implícito	-	53.154	55.185	105.282	109.954	197.883	221.370	263.664
Minha Casa, Minha Vida	Implícito	-	-	-	-	-	-	12.421	298.050
Fundos da Criança e do Adolescente	Implícito	-	71.920	51.625	192.059	252.837	224.162	200.300	259.033
Livros Técnicos e Científicos	Implícito	-	-	-	159.689	185.149	215.066	231.589	276.588
Aquisição de Automóveis - Taxistas e Portadores de Deficiência (IPI e IOF)	Implícito	-	100.477	43.327	113.886	138.460	175.869	91.424	190.256
Máquinas e Equipamentos - Cnpq	Implícito	199.491	245.395	126.002	235.716	280.451	492.479	502.208	494.918
Rede Arrecadadora	Implícito	-	-	-	-	-	-	-	-
PADIS	Implícito	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa e Entidades Cíveis Sem Fins Lucrativos	Implícito	-	59.853	107.726	122.268	155.972	151.374	95.601	161.739
Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos	Implícito	-	-	-	-	-	2.092	5.024	106.701
Dona de Casa	Implícito	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivo ao Desporto	Implícito	-	7.620	-	-	49.769	68.025	99.963	167.274
Seguro Rural	Implícito	-	-	-	-	-	52.679	66.486	63.749
REPORTO	Implícito	-	-	-	26.928	44.294	102.164	107.433	101.197
REPENEC	Implícito	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Infra-Estrutura	Implícito	-	-	-	-	-	-	-	-
Motocicletas	Implícito	-	-	-	-	-	-	86.907	100.059
RENUCLEAR	Implícito	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos do Idoso	Implícito	-	-	-	-	-	-	-	-
PRONON	Implícito	-	-	-	-	-	-	-	-
Água Mineral	Implícito	-	-	-	-	-	-	-	-
RETID	Implícito	-	-	-	-	-	-	-	-

Biodiesel	Implicito	-	-	-	471	8.895	18.049	12.533	26.351
Papel - Jornais e Periódicos	Implicito	-	-	-	63.277	97.042	114.266	136.320	50.729
TI e TIC - Tecnologia de Informação e Tecnologia da Informação e da Comunicação	Implicito	-	-	-	-	-	-	34.337	82.241
RECINE	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Isenções a Imóveis Rurais (ITR)	Implicito	-	-	19.654	23.100	25.295	24.395	25.587	26.877
Promoção de produtos e serviços brasileiros	Implicito	-	-	-	3.749	4.112	5.858	3.624	16.623
Transporte Escolar	Implicito	-	-	-	-	-	15.878	27.046	54.563
Pronas/PCD	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Creches e Pré-Escolas	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria Cinematográfica e Radiodifusão	Implicito	-	-	-	6.949	15.996	23.351	22.638	15.367
PATVD	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Resíduos Sólidos	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Evento Esportivo, Cultural e Científico	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Aerogeradores	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
RETAERO	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
REIF	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Vale-Cultura	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção Civil	Implicito	-	-	-	558.099	1.221.069	342.869	455.192	538.696
PROUCA-REICOMP	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito Presumido	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Lojas Francas	Implicito	151.077	-	-	-	-	-	-	-
Empresas montadoras	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Seguro de Vida e Congêneres (IOF)	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos Químicos e Farmacêuticos	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (IRPJ)	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
RECOPA	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
PDTI/PDTA	Implicito	100.100	53.100	62.100	102.834	2.416	1.313	-	-
Deduções com Benefícios Previdenciários e Assistenciais e FAPI (IRPJ)	Implicito	-	43.171	47.195	-	-	-	-	-

Trem de Alta Velocidade	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
RECOM	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Copa do Mundo	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Empreendimentos Turísticos (IRPJ)	Implicito	-	4.392	3.311	-	-	-	-	-
Equipamentos Desportivos	Implicito	-	-	-	-	-	-	4	3
Telecomunicações em áreas rurais e regiões remotas	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Associações de Poupança e Empréstimos e Planos de Poupança e Investimentos - PAIT	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Bagagem (II e IPI vinculado à importação)	Implicito	799.908	-	-	-	-	-	-	-
Material Promocional (II e IPI vinculado à importação)	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais	Implicito	349.309	-	-	14.958	8.148	39.515	-	-
TOTAL		51.874.762	61.352.599	76.102.396	88.835.828	106.306.039	122.999.852	139.148.117	164.779.673

DISCRIMINAÇÃO	Tipologia	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Benefícios Financeiros	Explicito	19.748.944	19.997.321	20.556.871	23.937.520	77.765.599	36.710.069	24.651.895	28.229.599
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	Explicito	428.976	751.661	121.859	110.745	30.283.656	10.215.700	7.908.381	5.009.503
Subvenção à Comercialização de Óleo Diesel Combustível de Uso Rodoviário	Explicito								4.816.361
Minha Casa Minha Vida - MCMV	Explicito	7.711.737	11.251.950	14.187.186	17.430.722	20.709.076	7.965.285	3.617.942	4.569.488
PRONAF (Equalização)	Explicito	2.199.812	2.365.232	1.714.954	456.555	10.126.167	5.369.474	4.089.266	2.886.509
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	Explicito	5.526.649	670.416	13.390	-	3.682.005	3.565.350	588.340	1.600.876
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	Explicito	23.595	65.536	332.126	70.805	2.499.396	2.968.999	2.175.549	1.578.154
Subv. de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	Explicito	1.265.622	1.597.181	1.999.041	2.277.529	2.141.884	2.267.894	2.358.347	2.424.531
Custeio Agropecuário	Explicito	917.361	1.316.617	126.149	640.549	5.177.368	1.820.040	2.039.097	1.141.754
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - PSR	Explicito	253.452	318.168	411.275	410.581	559.778	782.536	519.899	377.887
PESA (Explicito)	Explicito	442.884	161.597	300.359	325.098	300.851	622.746	195.660	909.622
PROEX (Equalização)	Explicito	404.948	588.358	516.177	819.907	737.160	619.297	580.624	831.772
FUNCAFÉ (Equalização)	Explicito	65.606	74.520	68.231	103.941	101.234	110.118	112.707	107.377
AGF e Estoques Estratégicos	Explicito	(440.928)	(66.265)	37.231	453.917	157.040	108.471	108.685	471.907
Empréstimos do Governo Federal - EGF	Explicito	76.716	173.702	85.620	7.620	300.954	81.196	74.049	53.560
FDNE (Equalização)	Explicito					16.273	60.777	41.569	39.425
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	Explicito	-	716	-	-	48.915	56.573	46.040	28.023
Garantia e Sustentação de Preços	Explicito	829.374	441.283	152.341	449.946	514.967	49.967	162.591	424.501
Revitaliza	Explicito	25.695	57.311	6.865	2.844	2.363	25.965	16.302	9.193
FDCO (Equalização)	Explicito					238	6.199	2.946	3.140
Garantia e Sustentação de Preços da Agric. Familiar	Explicito	-	-	-	2.689	4.897	5.795	4.870	9.555
Viver sem Limite - PCD	Explicito	-	13	484	834	4.986	5.656	6.301	6.634
FDA (Equalização)	Explicito					-	1.428	2.730	2.044
Subv. ao Preço do Óleo de Embarcações Pesqueiras	Explicito	17.303	1.692	6.144	5.934	4.093	600	-	2.260
Securitização Agrícola	Explicito	-	-	-	-	-	-	-	890.409
RECOOP (Equalização)	Explicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	Explicito	142	428	-	-	-	-	-	29.638

Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)	Explicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de MPO - Programa Crescer	Explicito	-	227.206	477.439	367.304	392.298	-	-	5.479
Financ. em Projetos de Habitação Popular	Explicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Subv. aos Produtores de Borracha Natural	Explicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios Creditícios	Implicito	32.150.783	35.891.021	56.473.075	37.362.928	51.018.549	78.597.370	59.516.770	(6.870.963)
Empréstimos da União ao BNDES	Implicito	10.538.243	12.343.318	10.629.385	21.272.338	18.969.019	29.146.451	15.661.666	5.029.011
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Implicito	9.377.615	10.597.112	12.512.172	4.718.769	5.427.771	15.871.207	15.053.384	(26.691.041)
Fundos Constitucionais de Financ. - FNE, FNO e FCO	Implicito	7.666.348	7.933.379	8.240.990	9.927.086	12.583.484	15.000.506	13.396.641	10.874.828
Fundo Financiamento Estudantil - FIES	Implicito	16.091	520.062	590.693	1.839.602	6.655.221	11.434.186	7.583.296	4.773.198
Fundo da Marinha Mercante - FMM	Implicito	1.816.395	(239.863)	3.592.221	2.035.608	2.257.542	2.853.479	(2.850.893)	(1.950.413)
PROER	Implicito	(295.945)	2.227.524	17.373.362	599.072	790.175	1.154.094	1.049.053	88.768
FDNE (Financiamento)	Implicito	525.692	321.052	1.648.704	628.682	588.698	671.005	470.772	199.001
FUNCAFÉ (Financiamento)	Implicito	302.300	266.118	137.683	96.449	460.580	577.582	389.971	(257.201)
PROEX (Financiamento)	Implicito	306.086	275.647	136.096	207.242	121.499	575.035	244.418	166.438
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	Implicito	317.303	297.368	266.760	19.555	691.803	454.384	324.947	266.758
PESA (Implicito)	Implicito	209.742	231.835	239.233	254.332	379.082	417.727	419.000	-
FNDCT	Implicito	326.959	364.308	997.667	(4.132.347)	1.588.234	377.895	4.932.802	21.388
PRONAF (Financiamento)	Implicito	112.728	310.320	208.668	247.190	326.302	408.419	302.987	312.005
FDCO (Financiamento)	Implicito				15.161	17.058	46.947	80.894	28.149
FGPC	Implicito	(14.013)	(13.045)	(26.141)	22.444	(73.150)	13.284	2.304	(31.479)
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	Implicito	3.690	2.797	3.433	5.782	9.416	10.892	9.190	7.022
RECOOP (Financiamento)	Implicito	24.080	17.191	-	8.631	9.044	7.565	4.184	8
FRD	Implicito	8.714	10.334	2.715	34.415	(10.479)	212	8.043	(5.868)
FDA (Financiamento)	Implicito	90.227	70.964	344.818	(162.242)	373.573	(200.585)	641.419	(229.159)
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	Implicito	818.528	354.601	(425.383)	(274.842)	(146.323)	(222.915)	1.619.149	527.624
Securitização Agrícola (implicito)	Implicito							173.544	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios Tributários	Implicito	152.440.736	181.747.128	223.310.467	256.234.392	269.993.560	264.686.806	278.743.062	292.841.128
SIMPLES Nacional	Implicito	40.898.617	53.534.421	62.056.609	67.697.671	69.205.527	69.780.094	71.801.591	74.818.057

Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio	Implicito	18.964.145	20.897.120	23.608.765	24.242.405	23.231.869	21.050.606	21.803.294	25.086.260
Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - IRPF	Implicito	14.015.024	15.301.891	17.764.533	20.154.965	23.854.738	27.289.519	30.592.192	31.101.196
Entidades Sem Fins Lucrativos - Imunes / Isentas	Implicito	14.609.994	17.173.479	18.343.092	20.716.366	19.505.110	23.538.691	26.247.477	27.253.835
Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica	Implicito	11.480.443	13.271.730	18.493.567	19.609.928	21.700.303	20.704.357	21.888.722	24.674.594
Deduções do Rendimento Tributável - IRPF	Implicito	10.644.594	12.012.167	12.905.431	14.224.558	15.353.389	17.067.709	19.132.517	19.657.553
Desoneração da Folha de Salários	Implicito	-	3.615.694	12.284.295	22.107.296	25.199.064	14.546.630	13.704.090	12.104.743
Benefícios do Trabalhador	Implicito	6.332.073	7.362.772	9.005.236	9.623.448	9.951.624	10.922.129	11.405.923	11.956.075
Poupança e Letra imobiliária Garantida	Implicito	4.328.072	4.351.163	5.029.334	6.448.254	7.500.894	7.785.761	6.924.919	5.146.433
Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos	Implicito	3.576.448	4.187.920	4.337.938	5.034.384	6.619.069	9.534.980	13.586.512	14.934.844
Desenvolvimento Regional	Implicito	6.205.480	5.596.649	5.746.445	6.067.023	5.899.084	7.097.651	7.420.374	7.760.626
Programa de Inclusão Digital	Implicito	1.945.023	2.993.670	5.829.877	5.922.998	5.007.198	-	-	-
Informática e Automação	Implicito	3.771.520	4.482.200	4.934.899	5.207.255	5.022.390	4.735.712	5.034.062	5.783.271
Setor Automotivo	Implicito	1.719.201	1.255.630	2.519.386	3.760.208	4.180.933	5.085.474	5.517.447	5.377.573
Pesquisas Científicas e Inovação Tecnológica	Implicito	2.260.715	2.659.538	2.817.848	3.011.289	3.391.988	2.803.971	2.930.364	3.072.707
REIDI	Implicito	1.359.418	2.106.847	2.217.592	2.369.830	2.492.213	1.223.355	1.420.721	1.489.248
Olimpíada	Implicito	-	-	66.560	96.202	227.679	1.208.203	20.554	-
Financiamentos Habitacionais	Implicito	1.918.700	1.443.878	1.540.048	1.989.792	1.901.472	1.493.284	1.477.736	1.804.582
Embarcações e Aeronaves	Implicito	942.734	1.061.327	1.531.317	1.737.778	2.100.242	2.157.729	2.077.655	2.404.125
MEI - Microempreendedor Individual	Implicito	199.808	500.536	786.448	990.866	1.404.148	1.676.101	2.060.914	2.562.106
Transporte Coletivo	Implicito	-	-	746.490	1.414.214	1.543.038	530.573	560.743	587.790
Cultura e Audiovisual	Implicito	1.215.350	1.143.468	1.219.765	1.366.852	1.491.224	1.304.198	1.361.484	1.424.159
Álcool	Implicito	-	-	747.000	1.370.000	1.466.000	1.304.269	-	-
PROUNI	Implicito	564.546	758.423	1.057.372	1.129.961	1.730.302	2.170.886	2.283.713	2.393.865
Termoeletricidade	Implicito	87.321	196.958	366.890	557.325	658.081	439.463	485.734	523.795
REPNBL-Redes	Implicito	-	-	-	29.078	174.091	298.944	-	-
Petroquímica	Implicito	423.237	545.236	1.166.908	1.284.371	855.579	584.135	394.292	510.551
Gás Natural Liquefeito	Implicito	52.523	333.955	679.160	902.459	592.569	148.676	158.025	302.818
Incentivo à Formalização do Emprego Doméstico	Implicito	378.360	469.533	525.080	574.165	594.032	558.358	586.913	603.019

Horário Eleitoral Gratuito	Implicito	207.223	436.272	254.582	852.117	305.498	657.848	335.757	720.933
Fundos Constitucionais	Implicito	472.785	417.220	352.258	460.060	526.780	485.309	739.632	1.111.973
Minha Casa, Minha Vida	Implicito	432.664	555.317	536.604	634.000	518.188	381.775	267.619	280.527
Fundos da Criança e do Adolescente	Implicito	288.142	256.418	269.961	294.593	284.940	300.663	333.519	347.242
Livros Técnicos e Científicos	Implicito	353.063	350.311	288.441	302.180	668.579	909.993	1.059.446	1.110.547
Aquisição de Automóveis - Taxistas e Portadores de Deficiência (IPI e IOF)	Implicito	268.940	232.932	329.818	483.757	559.344	609.719	751.138	1.153.786
Máquinas e Equipamentos - Cnpq	Implicito	434.807	362.930	432.165	476.399	462.058	281.885	401.822	452.771
Rede Arrecadadora	Implicito	-	-	99.830	244.300	287.408	270.108	269.245	269.682
PADIS	Implicito	14.667	32.057	125.205	226.290	237.957	259.813	272.128	286.604
Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa e Entidades Cíveis Sem Fins Lucrativos	Implicito	246.721	217.493	217.829	232.762	195.772	277.922	322.738	338.305
Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos	Implicito	201.221	163.191	194.825	220.308	488.470	654.934	684.713	717.739
Dona de Casa	Implicito	5.503	125.073	203.415	224.718	217.378	216.135	205.443	211.081
Incentivo ao Desporto	Implicito	198.729	173.240	186.906	200.006	200.702	229.021	239.332	250.766
Seguro Rural	Implicito	76.043	91.531	143.602	181.511	194.317	218.904	242.364	262.018
REPORTO	Implicito	161.596	182.465	269.182	255.282	284.917	236.854	212.296	202.422
REPENEC	Implicito	159.928	421.122	263.441	385.483	360.041	13.486	-	-
Investimentos em Infra-Estrutura	Implicito	-	-	12.284	36.283	83.674	142.007	169.060	283.765
Motocicletas	Implicito	191.522	86.066	61.371	51.510	92.591	86.849	50.229	131.550
RENUCLEAR	Implicito	-	-	-	87.400	94.303	-	-	-
Fundos do Idoso	Implicito	5.206	22.828	69.071	74.421	150.227	179.138	184.365	193.142
PRONON	Implicito	-	3.423	67.971	70.039	122.283	69.699	71.310	74.642
Água Mineral	Implicito	-	13.110	57.870	64.100	70.340	282.095	399.783	419.066
RETID	Implicito	-	-	-	59.179	62.235	4.636	14.833	16.342
Biodiesel	Implicito	44.347	28.782	52.203	55.787	58.668	61.686	64.491	67.601
Papel - Jornais e Periódicos	Implicito	50.247	57.500	110.960	118.577	156.876	14.215	-	-
TI e TIC - Tecnologia de Informação e Tecnologia da Informação e da Comunicação	Implicito	102.634	12.523	35.528	37.967	39.927	424.838	181.184	189.923
RECINE	Implicito	-	-	14.839	40.711	72.597	11.631	6.300	7.736

Isenções a Imóveis Rurais (ITR)	Implicito	28.660	30.209	32.083	34.114	37.195	40.445	41.839	43.372
Promoção de produtos e serviços brasileiros	Implicito	13.841	17.547	23.938	23.309	40.103	31.241	31.646	35.634
Transporte Escolar	Implicito	21.259	104.039	42.318	23.382	5.571	180.749	202.055	211.800
Pronas/PCD	Implicito	-	2.477	10.148	11.243	93.402	34.150	34.835	36.451
Creches e Pré-Escolas	Implicito	-	-	-	6.016	19.351	7.660	7.227	7.576
Indústria Cinematográfica e Radiodifusão	Implicito	18.853	18.021	23.681	16.422	15.613	6.547	5.086	5.332
PATVD	Implicito	-	882	1.018	4.767	4.761	3.908	297	-
Resíduos Sólidos	Implicito	6	5	-	1.687	922	2.467	6.136	6.722
Evento Esportivo, Cultural e Científico	Implicito	-	11	115	277	349	76	-	110
Aerogeradores	Implicito	-	-	-	-	118.449	42.276	44.198	46.330
RETAERO	Implicito	-	-	8.436	-	-	1.373	2.041	2.297
REIF	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Vale-Cultura	Implicito	-	-	3.003	-	-	-	-	-
Construção Civil	Implicito	535.683	-	-	-	-	-	-	-
PROUCA-REICOMP	Implicito	13.100	17.075	77	64	41	-	-	-
Crédito Presumido	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Lojas Francas	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas montadoras	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Seguro de Vida e Congêneres (IOF)	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos Químicos e Farmacêuticos	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (IRPJ)	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
RECOPA	Implicito	-	55.487	162.999	7.961	-	-	-	-
PDTI/PDTA	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Deduções com Benefícios Previdenciários e Assistenciais e FAPI (IRPJ)	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Trem de Alta Velocidade	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
RECOM	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Copa do Mundo	Implicito	-	3.354	24.600	94.467	7.882	-	-	-
Empreendimentos Turísticos (IRPJ)	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos Desportivos	Implicito	-	15	5	-	-	-	-	-

Telecomunicações em áreas rurais e regiões remotas	Implicito	-	-	-	-	-	13.296	10.984	11.514
Associações de Poupança e Empréstimos e Planos de Poupança e Investimentos - PAIT	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Bagagem (II e IPI vinculado à importação)	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Material Promocional (II e IPI vinculado à importação)	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais	Implicito	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		204.340.463	237.635.471	300.340.412	317.534.840	398.777.708	379.994.245	362.911.726	314.199.763